



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Da remoção e controle à construção de espaços habitáveis: o caso do conjunto habitacional San Francisco.¹

Maíra Machado Martins

Arquiteta, Doutora; PUC – Rio de Janeiro

Ramona Elizabeth Sánchez

Arquiteta, Mestranda; PUC – Rio de Janeiro

Sessão Temática 05: Direito à cidade e habitação no Brasil.

Resumo. Neste artigo analisaremos as formas de apropriação do espaço em um conjunto habitacional localizado em Assunção, capital do Paraguai, construído para realocar a população que, tendo sofrido diversas tentativas de expulsão, terminou sendo removida compulsoriamente e definitivamente de uma área de habitação precária localizada no centro da cidade. Propomos uma leitura em perspectiva comparada com o contexto brasileiro, visando situar o caso paraguaio à luz de dois processos: i) de remoção das famílias e das narrativas construídas para forjar o estigma que justificam as práticas civilizatórias empregadas pelo poder público, tanto nas ações de extinção de favelas, quanto no modelo habitacional adotado para realocar sua população; ii) de apropriação dos moradores e sua relação com a forma construída e a sociabilidade nos espaços de moradia, entendendo como ocorre o processo de construção da habitabilidade nos dois conjuntos, surgindo assim o **espaço criado**. Para esta análise serão consideradas as trajetórias e experiências das famílias, as situações passadas antes de chegar ao lugar de moradia e o processo de adaptação e transformação nos conjuntos, entendendo que a habitabilidade, no caso da moradia, compreende tanto aspectos materiais – como salubridade, segurança e respeito a normas técnicas – quanto imateriais.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Espaço apropriado; Práticas civilizatórias; Remoção; Paraguai.

From removal and control to the construction of livable spaces: the case of the San Francisco housing development.

Abstract. In this article we will analyze the forms of appropriation of space in a housing complex located in Asunción, capital of Paraguay, built to relocate the population that, having suffered several expulsion attempts, ended up being compulsorily and permanently removed from a precarious housing area located in the city center. We propose a reading in a comparative perspective with the Brazilian context, aiming to situate the Paraguayan case in the light of two processes: i) the removal of the families and the narratives constructed to forge the stigma that justifies the civilizing practices employed by the public power, both in the actions of slum extinction and in the housing model adopted to relocate its population; ii) the appropriation of the residents and their relationship with the built form and the sociability in the housing spaces, understanding how the process of habitability construction occurs in both sets, thus emerging the **created space**. This analysis will consider the trajectories and experiences of the families, their past situations before arriving at the place where they live, and the process of adaptation and transformation in the complexes, understanding that habitability, in the case of housing, comprises both material aspects - such as salubrity, safety and respect to technical standards - and immaterial aspects.

Keywords: Social interest housing; Appropriate space; Civilizing practices; Removal; Paraguay.

De la remoción y el control a la construcción de espacios habitables: el caso del conjunto habitacional San Francisco.

Resumen. En este artículo analizaremos las formas de apropiación del espacio en un conjunto habitacional situado en Asunción, capital de Paraguay, construido para reubicar a la población que, tras sufrir varios intentos de expulsión, acabó siendo desalojada de forma compulsiva y permanente de una zona de viviendas precarias situada en el centro

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e do Decanato do CTCH da PUC-Rio.

de la ciudad. Proponemos una lectura en perspectiva comparada con el contexto brasileño, buscando situar el caso paraguayo a la luz de dos procesos: i) la remoción de las familias y las narrativas construidas para forjar el estigma que justifica las prácticas civilizatorias empleadas por el poder público, tanto en las acciones de extinción de poblaciones precarias como en el modelo habitacional adoptado para reubicarlos; ii) la apropiación de los residentes y su relación con la forma construida y la sociabilidad en los espacios habitacionales, entendiendo cómo el proceso de construcción de habitabilidad ocurre en ambos conjuntos, emergiendo así el **espacio creado**. Para este análisis, se considerarán las trayectorias y experiencias de las familias, sus situaciones pasadas antes de llegar al lugar de morada y el proceso de adaptación y transformación en los conjuntos, entendiendo que la habitabilidad, en el caso de la vivienda, comprende tanto aspectos materiales - como la salubridad, la seguridad y el respeto a las normas técnicas - como inmateriales.

Palabras clave: Vivienda de interés social; Espacio apropiado; Prácticas civilizadoras; Remoción; Paraguay.

1. Introdução

As intervenções públicas nas favelas do Rio de Janeiro a partir da Terceira República tornam evidente a ausência de uma política de produção de moradias minimamente adequada (ou passível de adequação) a seus habitantes e capaz de induzir a sua permanência no território. A partir do momento que a favela não pode mais ser ignorada, ela é percebida como problema – notadamente no registro do Código de Obras da cidade, de 1937 quando são determinadas diversas medidas visando a sua eliminação e a de seus habitantes que tanto incomodavam a elite da cidade (PERLMAN, 2002; VALLADARES, 2006; BURGOS, 1998). O “problema” leva à construção dos parques proletários, primeira experiência que pretende solucionar a insalubridade e o incômodo associados às favelas, e que inaugura oficialmente as práticas de uma pedagogia civilizatória (BURGOS, 1998) em programas de habitação realizados pelo poder público persistindo ainda hoje no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como analisado por Wellington Conceição (2018). A representação que se constrói a partir destas práticas é de uma população favelada incapaz e extremamente necessitada – e não como possuidora de direitos – devendo então reverenciar aqueles que proveem a moradia, independente da sua qualidade e da sua urbanidade. A qualidade arquitetônica e urbanística dos conjuntos habitacionais que são produzidos nos anos que seguem os parques proletários, desde a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, até o lançamento do PMCMV, em 2009, é questionada por diversos autores e autoras¹. Inclusive, é notória a semelhança modernista no que tange às implantações distantes das centralidades urbanas e as soluções da tipologia “carimbo” reproduzindo, há quase 60 anos, um modelo de habitação e também uma política que se limita a suprir a moradia.

Por outro lado, o **habitar** pode ser compreendido como processo, para além do simples ato de morar e permanecer (HOUAISS, 2009, p. 1003), pois envolve subjetivação, transformações espaciais, e pressupõe uma construção individual e social no e com um espaço. Para o sociólogo Richard Sennet (2018), **espaço** é onde nós nos movimentamos, enquanto o **lugar** é habitado, vivido, havendo uma relação de espaço e lugar com o tempo, a velocidade do deslocamento e, conseqüentemente, a relação que o indivíduo estabelece com cada um. Neste sentido, o **lugar** denota uma qualidade: ele torna-se um espaço habitado, onde há permanência e onde é estabelecido um vínculo a partir deste estado de permanência. O sociólogo Marc Breviglieri (2006) define o habitar a partir da relação de confiança, estabilidade e familiaridade estabelecida pelo indivíduo e o espaço. Une-se a esta reflexão o geógrafo Yi-Fu Tuan, afirmando que “leva um tempo para conhecer um lugar” (TUAN, 1983, p. 189), e reforçando a relação deste último com o tempo e o movimento. Uma vez que o lugar passa a ser conhecido, associando-se a um sistema de valores e de práticas cotidianas (MELLO; VOGEL, 2015), significa que o ato de habitar está em curso. Segundo a socióloga Marion Segaud (2016, p. 97) o “habitar é, em determinado espaço e tempo, traçar uma relação com o território, atribuindo-lhe qualidades que permitam que cada um se identifique”.

A relação com o espaço imprime e constrói a identificação de indivíduos e grupos, a partir do processo de apropriação. Assim cria-se um vínculo individual e/ou coletivo que passa a qualificar

este espaço, tornando-o **lugar** e, com ele, a construção de uma história que se associa também aos diferentes momentos da vida. Assim, o tempo se torna tangível e visível, toma um valor simbólico para a pessoa e se converte em “um mundo de significado organizado” (TUAN, 1983 p.198). Por isso, na interação entre indivíduo e lugar, a arquitetura tem papel importante, pois deve responder às expectativas dos seus moradores influenciando positivamente o início deste processo e abrindo possibilidades de criação individual e coletiva nestes espaços.

Desta forma, o habitar – e seu produto, o espaço habitado – resulta em “uma ação que, no tempo, é capaz de transformar espaço em lugar, impregnando-o de sentido e valor” (MACHADO-MARTINS; TROTTA, 2020, p. 1). No habitar privado, no nosso “pequeno mundo” segundo Norberg-Schulz (1971, p.10), é onde experimentamos a chamada “paz doméstica”, e onde reunimos e expressamos as memórias que constituem nosso “mundo pessoal”. Pois nesses lugares se desenvolvem os hábitos, costumes e culturas que acompanham as pessoas ao longo da vida.

Tendo em vista o processo inerente ao “habitar” e os fatores de tempo, fluxo e estabilidade que configuram o lugar, interessa-nos compreender como as populações que vivem historicamente remoções desenvolvem táticas para construção do espaço habitado em conjuntos habitacionais tão pouco adequados às suas práticas, aos seus desejos e que se impõem como modelo de morar. Como estes espaços se transformam em lar? De que forma o espaço criado se desenvolve, sendo moldados pelos ritos de sociabilidade nestes espaços? No caso do Brasil, as remoções são acompanhadas de práticas e narrativas civilizatórias que acompanham um modelo de habitação historicamente reproduzido. Ao mesmo tempo, observamos as táticas empregadas pelos moradores dos conjuntos na busca pela apropriação destes espaços e na sua adequação, o que muitas vezes é denominado “favelização” (ANDRADE; LEITÃO, 2006), por apresentarem soluções comumente verificadas nestes assentamentos. Buscamos traçar a relação entre: i) as representações construídas a partir desta pedagogia civilizatória; ii) o processo de remoção e o modelo de habitação construído para acolher essas populações; iii) as formas de apropriação realizadas para transformar os espaços dos conjuntos, tanto nos espaços de uso coletivo quanto individual.

Para isso, neste artigo analisaremos as formas de apropriação do espaço em um conjunto habitacional localizado em Assunção, capital do Paraguai, construído para realocar a população que, tendo sofrido diversas tentativas de expulsão, terminou sendo removida compulsoriamente e definitivamente de uma área de habitação precária localizada no centro da cidade. Propomos uma leitura em perspectiva comparada, visando situar o caso paraguaio à luz de dois processos: i) de remoção das famílias e das narrativas construídas para forjar o estigma que justificam as práticas civilizatórias empregadas pelo poder público, tanto nas ações de extinção de favelas, quanto no modelo habitacional adotado para realocar sua população; ii) de apropriação dos moradores e sua relação com a forma construída e sociabilidade nos espaços de moradia, buscando compreender o processo de construção da habitabilidade nos dois conjuntos, surgindo assim o **espaço criado**. Neste último, análise será realizada utilizando como base os achados da pesquisa realizada no Conjunto Ismael Silva-Zé Keti, empreendimento do PMCMV localizado no bairro do Estácio, na Cidade do Rio de Janeiro, que tratou do **espaços programado e criado** em diferentes formas de moradia popular (MACHADO-MARTINS; TROTTA, 2020). Para análise destes dois processos, serão consideradas as trajetórias e experiências das famílias, as situações passadas antes de chegar ao lugar de moradia e o processo de adaptação nos conjuntos, entendendo que a habitabilidade, no caso da moradia, compreende tanto aspectos materiais – como salubridade, segurança e respeito a normas técnicas – quanto imateriais.

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado em andamento, onde se analisa o processo de remanejamento e adaptação de uma população que morava em um bairro marginalizado na cidade de Assunção, capital do Paraguai, sofrendo alagamentos cíclicos, e intervenções urbanas através de projetos de infraestruturas urbanas que pioraram a qualidade de vida dos moradores. O estudo é realizado a partir da pesquisa em arquivos da cidade de Assunção, da entrevista com agentes

envolvidos na construção do Conjunto e que integram ou integraram o Ministério de Habitação, o Ministério de Desenvolvimento Social e Itaipu Binacional². O trabalho baseia-se igualmente em uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas e ações do poder público nas áreas alagáveis do Centro de Assunção, buscando articular mecanismos de segregação, interesses imobiliários, e contexto político nacional. A pesquisa empírica no Conjunto San Francisco revelou a dimensão temporal intrínseca ao processo de apropriação dos espaços. A imersão no Conjunto foi realizada em dois momentos distintos: janeiro e fevereiro e agosto e setembro de 2022, onde foram realizadas observações, croquis, mapeamentos, registros fotográficos e entrevistas a 21 famílias.

A pesquisa de mestrado une-se a outras pesquisas vêm sendo realizadas no Laboratório de Observação do Espaço Habitado (LObE-Hab)³, e que buscam investigar e identificar processos de apropriação do espaço por indivíduos e grupos, no interior de espaços de moradia e também em espaços de uso público da cidade. A partir da observação de práticas individuais e coletivas e das transformações dos espaços podemos identificar a construção do espaço habitado na escala da moradia e da cidade, estabelecendo as relações entre micro e macro escala e fomentando o desenvolvimento de novos instrumentos para elaboração de políticas urbanas e de habitação social, mais diretas e colaborativas, compreendendo os processos de valorização dos espaços pelos seus agentes para concepção do espaços e planejamento de cidades. A metodologia empregada neste trabalho repousa sobre a perspectiva comparada entre os diferentes casos pesquisados no Laboratório, a pesquisa de campo utilizando métodos da pesquisa espacial (MINAYO, 2016), a etnografia, o mapeamento de atividades, a pesquisa-ação.

Deste modo, neste artigo buscaremos primeiramente apresentar o caso de estudo em Assunção, as tentativas de remoção, narrativas e estratégias do Estado e iniciativa privada para expulsar sua população até a construção do Conjunto construído para o reassentamento das famílias. Em seguida apresentaremos as características dos conjuntos habitacionais - brasileiro e paraguaio - para depois trazer a análise das formas de apropriação do espaço nas escalas do público, semi-público e privado. Por fim, a partir do método de análise em perspectiva comparada poderemos discutir como as trajetórias e experiências da população removida, em contextos distintos, refletem-se na produção do lar, a partir de um processo criativo que gera e é gerado pela sociabilidade e em engajamento de seus moradores.

2. *La Chacarita*, mecanismos de remoção de sua população e a construção das narrativas civilizatórias

Ricardo Brugada nome oficial do bairro conhecido popularmente como *La Chacarita*, é um dos Bairros mais populosos da cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, que se localiza nas margens do Rio Paraguai e faz parte do centro histórico da cidade (Figura 01), por tanto tem um grande valor a nível urbanístico, histórico e, sobretudo, econômico. O bairro faz parte também de uma área denominada *Bañado*⁴ que se divide em Norte e Sul, conforme à Figura 02.



Figura 01. Mapa do Centro Histórico de Assunção e a localização do bairro Ricardo Brugada.
Fonte: Produção própria – Google Earth. Ano 2021

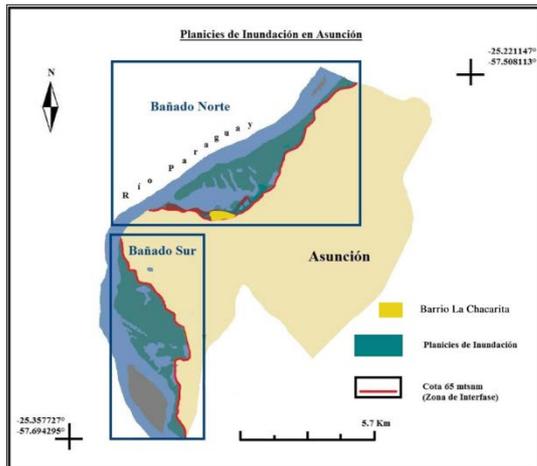


Figura 02. Mapa de Assunção, com os Bañados Norte e Sul. Sendo 65 a cota de segurança para inundações. Fonte: Instituto Geológico del Paraguay. Ano 2017.

As áreas dos *Bañados* se encontram expostas a inundações cíclicas, produto do fenômeno El Niño, que ocasiona a subida do Rio Paraguai e alaga as áreas baixas da cidade de Assunção. Como é observado na Figura 02, a cota de segurança às inundações é a 65 metros acima do nível do mar, dado que a maior inundação no país aconteceu em 1983, atingindo níveis históricos e nunca antes vistos (FORO AMBIENTAL, 2016). Neste momento, o nível da água alcançou a cota 64 e determinando, desde então, como 65 a cota mínima de segurança ao risco de inundações. Como podemos observar, o bairro *La Chacarita* encontra-se abaixo desta cota de segurança e é constantemente inundado. Nesses momentos de enchentes, as famílias se veem obrigadas a abandonar temporariamente suas moradias e, uma vez que as águas descem, retornam às casas. Esta dinâmica é cíclica, pois as inundações repetem-se e os moradores adaptam-se ao evento para resguardar seus bens das águas que enchem as casas.

O bairro foi densamente ocupado a partir das migrações das famílias desde o interior do país, e mais fortemente desde a década de 50, onde começou o chamado êxodo rural no Paraguai. Hoje tem 45 hectares de área e, segundo o censo realizado em 2012 pela DGEEC⁵, assentava a aproximadamente 2.000 famílias. No entanto, o bairro apresenta diversos problemas de infraestrutura, já que carece de sistema de esgoto sanitário, sistema de drenagem de água e não possui gestão adequada de resíduos sólidos, já que os despejos são depositados diretamente nos cursos d'água que atravessam o bairro e desaguam na baía de Assunção.

La Chacarita nunca foi dotado de infraestruturas e sua população sempre foi alvo de tentativas de remoção, pois ocupa uma área de extremo interesse econômico e urbanístico, do ponto de vista da sua localização privilegiada no centro de Assunção. Nesse contexto, o primeiro pronunciamento sobre "saneamento e urbanização" da cidade de Assunção que visava intervir na área onde se localiza o bairro e acabar com ele, foi em 1921, quando o então presidente Manuel Gondra anunciou a construção de "uma avenida pitoresca com vista para a baía" (IMAS, 1993). Assim como o favelado carioca era visto como alguém não-integrado ao bairro onde a favela se localizava (BRUM, 2013), o morador de *La Chacarita* era visto na cidade de Assunção como alguém que não pertencia à cidade. Esta relação evidencia-se no segundo pronunciamento que deu lugar a ações que pretendiam acabar com essa população, em 1926, no discurso do então presidente Eligio Ayala, onde ele levanta o problema urbanístico e higiênico que o bairro representava:

"Em uma nova cidade, cheia de vida como essa, parece fácil garantir boas condições de saúde. E assim teria sido, se não fosse estabelecido em seu flanco, um bairro abandonado e insalubre, que desafia os maiores recursos e os esforços mais determinados da polícia de saúde. (...).

Lá vivem, em promiscuidade densa e infeciosa, uma população mergulhada na maior pobreza, e nas condições higiênicas mais rudimentares. A conformação e a própria situação da terra impossibilitam qualquer higienização. Não foi possível implantar nele, nem os elementos primários da campanha contra a ancilostomíase⁶.

Para criar e preservar as condições básicas de habitação lá, serão necessários gastos muito grandes e desproporcionais ao volume de sua população. Pode ser preferível removê-los para outra parte da cidade, e proibir completamente esses lugares de serem habitados.

O problema de saúde mais gigantesco da nossa capital, então, está em *La Chacarita*. Uma multidão, de nível cultural muito mais baixo, sobe dela todas as manhãs, como uma maré alta turva, infiltra-se na parte alta da cidade, e traz para as casas os germes da infecção incubada nas pocilgas dos barrancos. E todas as tardes, velada pela escuridão, ela volta para se refugiar em seus currais escuros, em uma triste caravana de vidas mutiladas e macilentas. Em um ritmo trágico, e incessante, em ação e reação quase mecânica, todos os dias levam as infecções de *La Chacarita* para o centro da cidade, e do centro da cidade até *La Chacarita*.

Esses fatos constituem uma afirmação retumbante de que todo o saneamento, localizado na parte alta da cidade, será um trabalho contraproducente e estéril, desde que o estado atual de *La Chacarita* subsista, desde que esteja lá como uma ferida aberta que se secreta dia após dia na cidade, suas excrescências infeciosas."⁷ (IMAS, 1993, p. 66)

E é interessante observar que para se referir aos cortiços do Rio de Janeiro, foram utilizados discursos e conceitos parecidos, referindo-se à moral do bom cidadão, à higiene da cidade, à saúde da população reforçando a ideia negativa em relação a estes “indesejados” e o seu desaparecimento do tecido urbano:

Alimenta-os a lubricidade do vício, que se ostenta impudonorosa (sic), ferindo os olhos e os ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filho das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, ao lado [...] do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite a atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes!

No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vícios e até [...] o representante do trabalho [...]

Compreende-se desde logo o papel que representam na insalubridade da cidade estas habitações, quando nos lembrarmos que além de todas as funções orgânicas dos seres que o povoam, no cortiço lava-se, engoma-se, cozinha-se, criam-se aves, etc.

Só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles, de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existiam as nossas sentinas sociais, e a sua substituição por casas em boas condições higiênicas. (RIBEIRO apud GONÇALVES, 2013, p. 39)

É notório que em ambos os casos, o discurso baseia-se no higienismo e apontando como problema a classe trabalhadora moradora de áreas vulneráveis e pobres. Neste contexto, surge como mecanismo de controle destas populações a sua remoção para tipologias de habitação que alteram completamente seu estilo de vida, costumes e culturas (CONCEIÇÃO, 2016), exercendo sobre elas práticas civilizatórias que buscam discipliná-las a morar na cidade. Práticas estas que discriminam e estigmatizam essas populações, contribuindo a criar e reproduzir, historicamente, uma imagem que associa esta população como incapaz e inferior.

Depois de 5 anos do discurso de Ayala, as estratégias para o remanejamento da população das áreas ribeirinhas de Assunção começaram. Em 1931, depois de uma grande enchente cíclica, o governo da cidade de Assunção construiu 250 casas e ofereceu 1.130 lotes para reassentar as famílias afetadas pelas inundações, em um lugar próximo ao bairro de origem (Figura 03), nomeado *Barrio Obrero Intendente Bruno Guggiari* em homenagem ao ex-governador da cidade, mas é conhecido popularmente como *Barrio Obrero*. Esta tentativa de remanejamento não teve sucesso, já que novas famílias que migraram do campo ocupavam novamente os lugares que ficavam livres em *La Chacarita*.

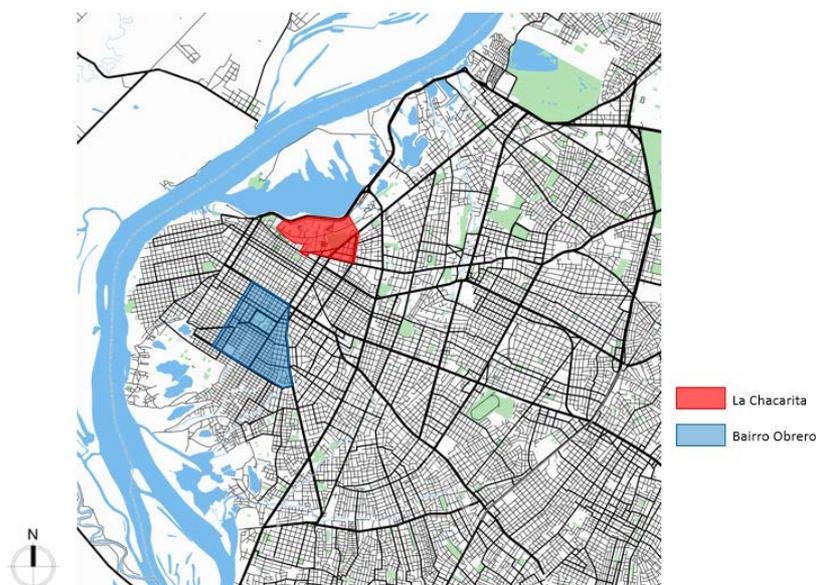


Figura 03. Acima Bairro *La Chacarita*, no meio Bairro Obrero, onde foram realocados os moradores de *La Chacarita* no ano 1931. Base: mapscities.edu.

Já com a instauração da ditadura militar de Alfredo Stroessner, em 1954, e que perdurou até 1989, começou também uma estratégia ambígua para o ditador se manter no poder. Por um lado, se instaurou uma política clientelista, onde se utilizavam as terras de zonas inundáveis como um recurso para a adesão e permanência no partido de pessoas que faziam parte da rede de apoio do ditador e assim conservar-se no poder; por outro lado, se aplicavam estratégias que buscavam a erradicação da população desse lugar. Nesse sentido, uma das medidas mais aplicadas nesse tempo, a fim de evitar um confronto direto com a população, foi a concessão de terras em áreas inundáveis a empresas privadas como forma de pagamento por obras públicas realizadas, onde o governo se eximia da responsabilidade de remover os habitantes e dava poder às empresas a realizarem esses atos. Assim, as empresas se aproveitavam das inundações e do abandono das terras, evitando a reocupação do lugar logo que as águas desciam, tomando posse do terreno concedido pelos órgãos públicos. Esta situação foi mais notória na enchente de 1983, onde se apresentaram vários casos similares (SERPAJ, 2009).

Logo após a grande inundação de 1983 os debates sobre as alternativas para combater futuras enchentes começaram a surgir. As propostas giravam sobre duas alternativas: aterrar as áreas baixas ou construir uma defesa costeira, ou seja, um muro de contenção das águas que margeiam as áreas ribeirinhas para evitar a inundação. Chegou-se à conclusão de que o aterro seria a melhor opção, tanto para as pessoas que moravam no lugar, como do ponto de vista do impacto ambiental, pelo fato da área apresentar zonas de mangue. No entanto, esta solução previa um custo muito maior, levando à escolha final pela defesa costeira, considerada como a alternativa mais adequada (RIMA – ABN ASSOCIATES, 2004).

Em 2010, visando o bicentenário da independência do Paraguai em 2011, alguns planos e projetos de remoção foram mobilizados fortemente. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro, onde tomaram os megaeventos como um motivo para remover as favelas, no Paraguai usou-se o Bicentenário de Independência para remover as pessoas que se encontravam assentadas nos terrenos em volta ao Palácio de Governo, para a construção de um parque denominado “Parque Bicentenário”, em homenagem às comemorações. O projeto foi nomeado “*Despeje*”⁸ e removeu 490 famílias em menos de 3 meses. Algumas pessoas removidas obtiveram medidas compensatórias, como uma casa em outra cidade (normalmente localizada há 11km de distância de Assunção) ou com um montante em dinheiro que sequer alcançava o valor para a compra de uma nova casa fora da área de *La Chacarita* (ABC, 2011).

Em setembro de 2014, o governo municipal tentou implementar uma lei que visava a concessão de parcelas de terras dos *bañados* em razão de pagamentos por obras de infraestrutura realizadas por empresas privadas (ABC, 2014). Isso aconteceu aproveitando o fato de que as terras encontravam-se desocupadas devido a outra grande enchente que a cidade de Assunção enfrentou. Neste momento, o governo municipal voltou a utilizar estratégias do governo ditatorial de Stroessner, aproveitando a saída das pessoas de suas habitações para tomar essas áreas e dar como forma de pagamento para empresas privadas, reforçando e reproduzindo os mecanismos de exclusão destes grupos do espaço central.

Entre 2011 e 2013, começou a ser levado a cabo o Plano Diretor da Faixa Costeira de Assunção com a construção da primeira etapa da *Avenida Costanera José Asunción Flores* (Figura 04). Com sua construção, a situação das enchentes em *La Chacarita* foi intensificada já que, a previsão da via tornar-se uma barreira entre o bairro e o rio não contemplou a canalização de riachos e córregos de águas de chuva, levando ao alagamento do bairro não somente pelas enchentes cíclicas, mas também nas grandes chuvas que fazem transbordar os cursos d'água. A construção da Avenida provocou no bairro o efeito bacia dificultando a drenagem e até o efeito normal de maré.

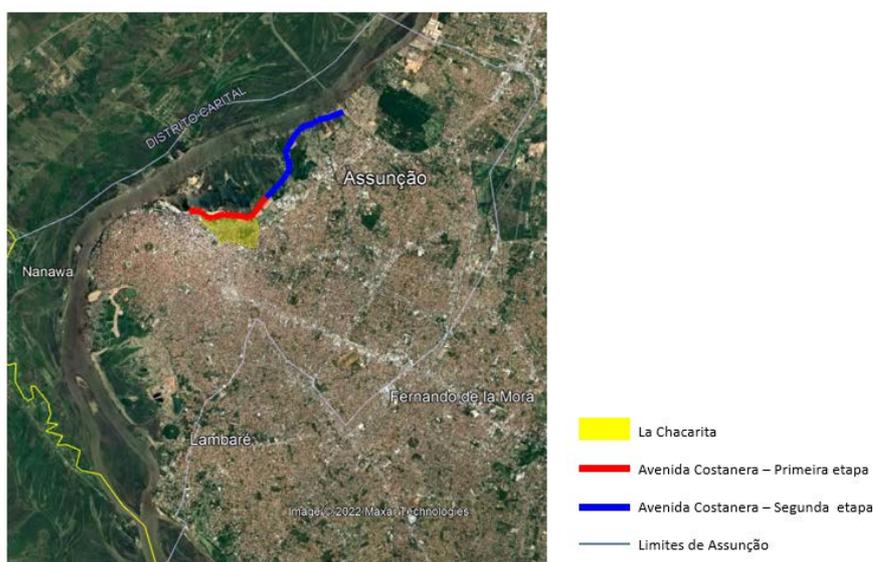


Figura 04. Mapa de Assunção com a localização da Avenida Costanera. Criação própria. Base: Google Maps.

Analisando os efeitos deste projeto, os fatos tendem a presumir que a construção da *Avenida Costanera* foi, de fato, uma construção de defesa, mas que não teve a intenção de defender os moradores da inundação, e sim defender o centro histórico de Assunção do alagamento. Assim, pode-se presumir que uma estratégia de remoção compulsória foi aplicada por parte dos membros do governo, com o fim de forçar uma situação de necessidade de remanejamento, visto que, historicamente, as políticas aplicadas no país sempre tenderam a realizar manobras indiretas de expulsão dos habitantes desses terrenos, com o fim de se eximir de responsabilidades e evitar confrontos diretos com os moradores.

3. Os espaços programados: San Francisco, em Assunção, e Ismael Silva – Zé Kéti, no Rio de Janeiro.

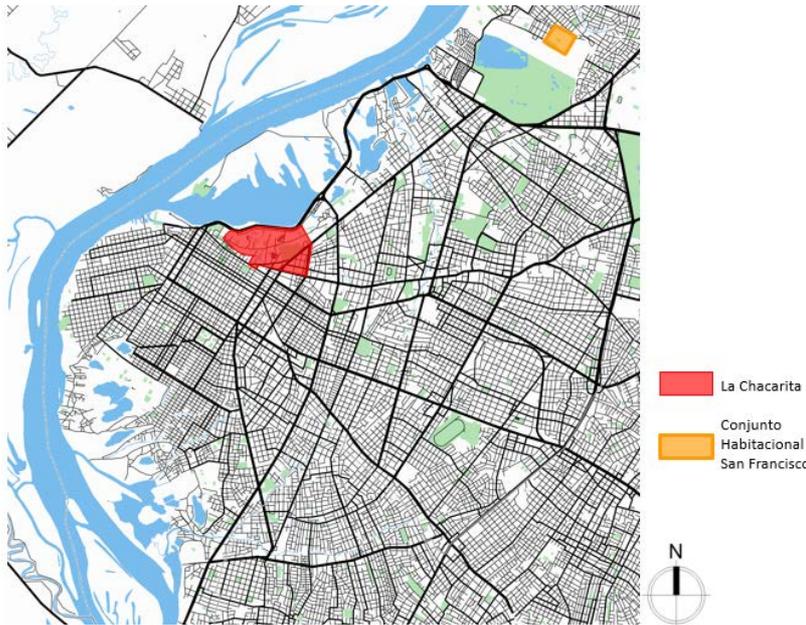


Figura 05. Localização do Bairro *La Chacarita* e do Conjunto Habitacional San Francisco). Distância entre o bairro e o conjunto: 11km. Base: mapscities.edu. Ano 2021

Em 2016 foi inaugurada a construção do Conjunto Habitacional San Francisco, que foi erguido com o discurso de abrigar as pessoas que sofriam com as enchentes e inundações em *La Chacarita*, e que daria às famílias o que precisavam e queriam, uma casa própria. O mesmo discurso foi igualmente aplicado nos processos de remoção no Rio de Janeiro, por parte de autoridades dos governos Federal e Estadual que realizavam investimentos maciços para propagandas dos programas do COHAB-GB na década de 1960, defendendo que a urbanização e os conjuntos apresentavam grandes vantagens para os favelados (BRUM, 2013). Assim, mil famílias foram realocadas no Conjunto San Francisco, a 11km do lugar original (Figura 05), com a promessa de que poderiam ficar no lugar de forma provisória e, caso não conseguissem se adaptar, poderiam voltar à moradia no antigo bairro. Mas, segundo relatos dos entrevistados, o aparato público se aproveitou novamente de uma enchente para coagir as famílias a se mudarem e, uma vez desabitadas as moradias, maquinarias pesadas as demoliram com o fim de evitar a reocupação.

No Conjunto Habitacional San Francisco foram construídas 112 moradias unifamiliares de 55 m² dentro de terrenos de 120m² cada uma e 888 apartamentos de 65 m² distribuídos em 78 prédios de 3 andares. Também foram construídas edificações para a comunidade, como escola primária e colégio técnico, delegacia, jardim de infância e creche, unidade de saúde da família, edifício comunitário-centro cívico, uma igreja católica que leva o mesmo nome, e equipamentos recreativos como praças internas com parques para crianças no meio de cada quarteirão de blocos de edifícios e salão de festas.

No caso carioca, o Conjunto Habitacional formado pelos condomínios Ismael Silva e Zé Kéti é um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) destinado à faixa 1^ª e foi construído sobre as ruínas do Complexo Penitenciário Frei Caneca no bairro Estácio, na zona central da cidade do Rio de Janeiro. Do total de 50 blocos de apartamentos, 48 possuem 20 apartamentos e 2 blocos contam com 19, totalizando 998 unidades habitacionais. Segundo dados levantados na Prefeitura do Rio (RIO PREFEITURA, 2014), 65% das unidades do conjunto foram ocupadas por famílias cadastradas pela Prefeitura do Rio, que estavam desabrigadas pelas

chuvas que ocorreram em abril de 2010 e recebiam aluguel social desde então. Os outros 35% das unidades foram destinadas a indígenas que estavam na ocupação Maracanã, e outras pessoas que foram despejadas de prédios ocupados, através de ação judicial.

A forma de chegada aos dois conjuntos analisados acontece de maneira diferente. No caso do Ismael Silva – Zé Kéti, a maior parte das famílias que foram realocadas perderam suas casas em decorrência das chuvas, e a parcela menor foi realocada de ocupações que chamavam a atenção para o problema da falta de moradia, da expulsão de suas terras e de direitos na cidade. O Conjunto San Francisco, no Paraguai, recebeu as famílias que foram removidas compulsoriamente do bairro La Chacarita ou que, depois de terem visto piorar suas condições de moradia após intervenção do poder público, se viram obrigadas a se mudar para o conjunto.

Assim, os moradores de cada um dos casos analisados carregam histórias, trajetórias e experiências diferentes, pelo que a forma de interpretação e de apropriação do espaço também pode diferir, mas se encontram casos semelhantes que dão lugar à análise e reflexão sobre a produção de habitação de interesse social em diferentes contextos, e como estes podem satisfazer as necessidades, tanto físicas quanto simbólicas, das pessoas.

4. O processo de apropriação do lugar e as adequações do espaço programado

Os conceitos de espaço criado e espaço programado são tratados por Machado-Martins e Trotta (2020) a partir da análise dos processos de apropriação em duas formas de moradia popular: o conjunto habitacional e a ocupação de uma fábrica e sua reconversão, pelos próprios moradores, em habitação. Foi verificado que os espaços programados são aqueles que foram projetados para usos e funções específicas, e os espaços criados são onde ocorrem atividades e práticas realizadas pelos moradores, e que não foram previstas ou projetadas, onde se expressam valores individuais e marcas pessoais, implicando em transformações físicas, permanentes ou efêmeras no espaço. Apresentaremos o conte

Podemos dizer que ambos os conjuntos analisados, San Francisco, em Assunção, e Ismael Silva – Zé Kéti, no Rio de Janeiro, possuem **espaços programados** e **espaços criados**. Apesar da rigidez funcional característica destas tipologias, encontramos igualmente espaços onde os habitantes realizam atividades não previstas no programa arquitetônico - estando fora do que foi planejado originalmente - e imprimem suas marcas pessoais, definindo os **espaços criados**. Deste modo, analisamos como os espaços são apropriados pelos moradores de ambos os conjuntos, no que tange três dimensões de uso dos espaços - áreas públicas, semipúblicas e privadas -, como desenvolve-se a relação entre o ambiente e os habitantes, e como o caráter desses espaços se transforma no que diz respeito à sua apropriação e criação.

Em conjuntos habitacionais os espaços coletivos, tais como praças, salão de festas e parques infantis, caracterizam-se como espaços programados que podem ser utilizados de forma contínua pelos moradores, mas onde muitas vezes não se imprimem marcas pessoais. Mas, uma das formas de apropriação pode ser demonstrada através da ação cotidiana (POL, 1996), realizando atividades simples no lugar, como sentar, andar ou estar no espaço. Nesse sentido, no Conjunto San Francisco, observamos esta apropriação acontecer em duas praças do conjunto, pelas crianças e jovens, envolvendo dois processos observados por Jane Jacobs (2011) em cidades norte-americanas nos anos 1960: i) os vazios urbanos, sobretudo em parques, contribuem para a delinquência e geram insegurança; ii) a presença de pessoas é capaz de atrair outras pessoas no espaço público. No primeiro período de permanência no conjunto (entre janeiro e fevereiro de 2022), as praças se encontravam em estado de abandono por parte dos moradores, que alegaram que isto se devia à presença de pequenos traficantes e consumidores de drogas nas praças, e por esta razão estes espaços eram evitados e não eram investidos pelos moradores. No segundo momento de permanência em San Francisco (entre agosto e setembro de 2022) as praças tinham um aspecto diferente, já que os moradores passaram a utilizá-la e, através da presença diária de

crianças e pessoas, os consumidores e criminosos foram, progressivamente, abandonando o lugar.

Podem-se encontrar outros equipamentos comunitários dentro dos dois conjuntos, como é o salão de festas, que no caso de San Francisco, fica fechado e não pode ser utilizado pelos moradores de forma individual, já que o lugar está equipado com elementos de alto custo que podem danificar-se e gerar prejuízo, como os fechamentos de vidro temperado, equipamentos de som, luzes, etc. Assim, o salão é utilizado somente para eventos protocolares ou de instituições, mediante prévio agendamento e justificativa de utilização do lugar. Por outro lado, no Conjunto Ismael Silva – Zé Kéti, o salão pode ser utilizado por qualquer morador, também por meio de agendamento prévio, mas respeitando as regras de convivência relativas aos horários, volume do som, etc. Neste sentido, o uso feito pelas pessoas não é contínuo como em espaços públicos. Aqui a rigidez programática acaba por criar restrições a um processo criativo de apropriação, com usos que respondam aos desejos e necessidades dos moradores, e que não tenham sido previstos no espaço programado.



Legenda:

● Crianças e jovens brincando / jogando

● Permanência, Churrascos e tereré

Figura 06. Principais atividades observadas no Conjunto San Francisco. Foto: Ramona Sánchez, 2022



Figura 07. Principais atividades observadas no Conjunto Ismael Silva – Zé Kéti. Fonte: Machado Martins; Trotta. Foto: Carolina Trotta, 2017



Figura 08. Esquerda. Mobiliário fixo construído na calçada pelos moradores para compartilhar o *tereré*. Conjunto San Francisco. Foto: Ramona Sánchez. 2022



Figura 09. Direita. Utilização da calçada para as crianças brincarem. Conjunto San Francisco. Foto: Ramona Sánchez. 2022

Ainda no que se refere a espaços criados, em ambos os conjuntos analisados as pessoas buscam outros lugares, além dos espaços programados, para manifestar seus ritos de sociabilidade (VOGEL; MELLO, 2015), seja nas calçadas ou nas entradas dos blocos de apartamentos, e até nos espaços entre os blocos (Figuras 06 e 07). No conjunto San Francisco, as calçadas são muito utilizadas para o momento do *tereré*¹⁰ (Figura 08), para os churrascos familiares nos finais de semana e para as crianças brincarem (Figura 09). No caso do Conjunto Ismael Silva -Zé Kéti, foi observado que os lugares escolhidos pelos moradores para a partilha, especialmente a realização do churrasquinho e cerveja, são as reentrâncias dos blocos, resultado da forma tipo H dos edifícios. As reentrâncias e os espaços entre os blocos, tornam-se então lugares mais acolhedores, mais reservados aos olhares, mais privativos, e que também não estão sob uma gestão rígida como o salão de festas.

Nesse sentido, as reentrâncias no conjunto Ismael Silva – Zé Kéti servem não só como um espaço de eventos e sociabilidade mais efêmeros, mas também para interações entre os vizinhos de um mesmo bloco, já que são os moradores que decidem como serão utilizados esses espaços. Muitas vezes estes espaços foram revestidos de concreto, pelos moradores, e são usados como passagens de pedestres e estacionamento de motos ou bicicletas. Em outros casos, estes espaços foram convertidos em jardins onde os moradores se organizam para sua manutenção, criando um espaço de cuidado comum (Figura 10). No Conjunto San Francisco, os halls de acesso do térreo têm o mesmo caráter que as reentrâncias do Ismael Silva – Zé Kéti, já que as pessoas usam esses espaços como estacionamento de motos e são os lugares onde os vizinhos buscam se organizar para cuidar do bloco, através da limpeza, paisagismo, ornamentação, pintura entre outros.



Figura 10. Exemplos de jardins no Conjunto Ismael Silva – Zé Kéti. Fonte: Machado Martins; Trotta. Foto: Carolina Trotta, 2017

Nos espaços considerados semipúblicos, os halls de acesso de ambos conjuntos são lugares privilegiados para demonstrar o cuidado que cada um tem em relação ao espaço individual e privado. Estas áreas, muitas vezes, podem ser lidas como espaços de transição entre o público e o privado, como uma extensão do particular para o comum, dando lugar assim a diferentes formas de expressão da apropriação. Estes espaços também podem demonstrar a qualidade do relacionamento entre vizinhos, pois são espaços de uso comum e impessoais, e que necessitam de agenciamentos e acordos para que possam ser transformados. Os halls podem permanecer impessoais e sem vida em alguns casos e, em outros, são ornamentados e cuidados graças ao apoio e disposição dos moradores. Existe também a situação em que um só morador se

responsabiliza na iniciativa de melhoria destes espaços, sem ajuda de outros, mas termina por contar com a cooperação dos vizinhos para evitar a sua deterioração. Assim, estas áreas participam da leitura que os moradores dos blocos fazem sobre a extensão de sua unidade individual de moradia. Tornam-se lugares que representam sua identidade e manifestam seu pertencimento.

No que se refere aos apartamentos, que representam os espaços privados dentro do conjunto, a apropriação é limitada pelo emprego da alvenaria estrutural como tecnologia construtiva dos edifícios. As paredes estruturais não podem ser retiradas, cortadas e por vezes até furadas e as modificações podem comprometer a estabilidade da edificação. Nesse sentido, as unidades compostas de dois quartos, muitas vezes não atendem as demandas dos moradores, o que foi observado com bastante frequência nos casos analisados. Assim, muitas famílias buscam compatibilizar os espaços de moradia com as necessidades da atividade profissional, adaptando os espaços para realização também do trabalho (Figura 11).



Figura 11. Adaptação dos espaços dentro dos apartamentos para o trabalho. Conjunto San Francisco. Foto: Ramona Sánchez. 2022

Torna-se claro que quanto maior a rigidez construtiva/morfológica e programática, mais difícil é a apropriação, a criação e transformação dos espaços para a sua adequação, sejam eles públicos, semi-públicos ou privados. No entanto, o processo de habitabilidade é inerente à nossa vinculação ao espaço de moradia, acontecendo em diferentes intensidades, de acordo com as relações que indivíduos e grupos estabelecem com e nos espaços; e nas três escalas de uso (privada, semi-pública e pública). Apesar da rigidez e das limitações na apropriação, a criatividade dos moradores leva a construção de táticas (CERTEAU, 1998) para a melhoria, adequação e subversão de espaços programados e também dos espaços residuais, transformando a moradia em lar.

Considerações finais

Quando perguntadas sobre a remoção de *La Chacarita*, as famílias entrevistadas no Conjunto San Francisco expuseram que foi um processo dramático e traumático, muito mais que os episódios de mudanças para se proteger das enchentes cíclicas que tiveram que enfrentar, dado que o reassentamento significava se afastar definitivamente de toda a história, costumes, apegos e laços

criados no e com o lugar. Dessa forma, as estratégias empregadas pelos órgãos públicos para desapropriar e afastar essa população do lugar onde foram criando uma identidade ao longo do tempo, tornam-se perversas, visto que não são considerados seus vínculos, histórias e marcas impressas no local de moradia de origem. Suas necessidades são igualmente ignoradas no projeto e construção da nova moradia pelo poder público e o discurso que vigora é, muitas vezes, o da promessa e dádiva da casa própria. Como foi o caso de San Francisco e tantos outros, esta promessa não é sequer cumprida, tornando-se mais uma estratégia para a saída de moradores e cumprimento da remoção por “corpos dóceis”.

Nesse sentido, a história da remoção e a produção de narrativas, verificadas na pesquisa realizada no Paraguai, demonstraram similitudes com os casos estudados no Rio de Janeiro. As situações apresentadas se assemelham em relação aos processos e às políticas no âmbito da moradia destinadas à população mais vulnerável. São observadas a criação de mecanismos para afastá-los das áreas centrais e de interesse econômico, e a identificação de práticas de controle no “morar”, a partir dos modelos de habitação construídos, para onde são removidos: manter a população longe e controlada tem sido a lógica perversa da produção da habitação de interesse social há quase um século.

Assim, percebe-se que, uma vez que as estratégias dão resultados e conseguem remover a população em questão, esta última procura formas de se adaptar ao espaço e adaptar o espaço aos seus modos de vida, necessidades e desejos, dado que o espaço condiciona a forma de viver das pessoas, mas também as pessoas condicionam o espaço a sua forma de viver. Nesse sentido, o tempo, o processo de adaptação dos moradores e as formas de apropriação dos espaços, são diretamente influenciados pelas trajetórias e experiências das famílias que chegam nos conjuntos.

A apropriação pode ser compreendida, assim, como uma forma de resistência às práticas truculentas e de controle que constituem também os espaços programados da habitação. O processo criativo nas formas de apropriação trazidas neste artigo - sejam elas pelas transformações físicas ou pelos novos usos destinados aos espaços - vem corroborar a tese de que o engajamento dos indivíduos e grupos na produção do espaço é determinante para fundar uma relação mais profunda com o local de moradia e potencializar a transformação do lugar.

O modelo de implantação dos empreendimentos do PMCMV e as tipologias “carimbo” das edificações, no caso brasileiro, ignoram completamente as necessidades e as formas de morar das famílias, amarrando-as a uma dupla rigidez: programática, presente nos espaços coletivos, e outra causada pela tecnologia construtiva adotada, que limita consideravelmente a apropriação dos espaços no interior das unidades privativas. Nesse sentido, pode-se ver que a ação do poder público paraguaio aponta para a mesma lógica, mesmo que a tipologia de conjunto habitacional multifamiliar seja uma novidade no que respeita a construções de interesse social no país, pode-se reconhecer a falta de sensibilidade na hora de criar projetos que busquem satisfazer as demandas, necessidades e desejos da população a que se destina a habitação.

Os projetos dos conjuntos, com características funcionais rígidas e impositivas, se propõem a suprir de forma mínima a moradia e a reproduzir formas de controle desta população, transformando-os em “corpos dóceis” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 110) capazes de serem moldados por esta rigidez. Seus moradores, por outro lado, surpreendem com as táticas mobilizadas para criar o lar nesses espaços, transformando-os e também as suas representações, das mais diversas formas, a fim de criar lugares habitáveis a partir de desejos, como por exemplo as reentrâncias no conjunto Ismael Silva-Zé Kéti, que acolhem atividades de lazer e convivência dos moradores - onde realizam churrascos ou colocam cadeiras para conversar -, ou as calçadas no conjunto San Francisco, que são utilizados para momentos de partilha entre os vizinhos. Assim,

os habitantes vão adaptando os espaços a partir de processos criativos que passam a defini-los como lugares.

Assim, pode-se ver que os casos analisados demonstram similitudes nas formas de apropriação dos espaços e na utilização dos espaços programados, expressando e exteriorizando seus sentidos de pertencimento, mesmo sendo casos de países diferentes, que apresentam diferentes culturas, visões de mundo e trajetórias distintas. Além das formas de apropriação constatadas no espaço do campo, é possível perceber também que, os discursos e visões sobre a população vulnerável e pobre e as estratégias e políticas implementadas para remover essa população se assemelham em ambos casos, por serem pessoas que incomodam às populações mais ricas e que se assentam em lugares que se consideram privilegiadas dentro da cidade, já que essas áreas urbanas não os pertence, sendo justificada representação desta população, erguida e reproduzida aos ao longo dos anos, tal qual os conjuntos habitacionais.

Referências

ANDRADE, Luciana da Silva; LEITÃO, Gerônimo Emílio de Almeida. Transformação na Paisagem Urbana: favelização de conjuntos habitacionais. In: [Rachel Coutinho Marques da Silva]. *A Cidade pelo Avesso: desafios do urbanismo contemporâneo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Viana e Mosley. 2006. pp 113-132.

ABN Associates – **Relatorio De Impacto Ambiental De La Costanera de Asunción**. 2004

BREVIGLIERI, Marc. **Penser l’habiter, estimer l’habitabilité. Tracès** – Bulletin technique de la Suisse romande/ Espazium – Les éditions de la culture du bâti. Zurique, 2006

BRUM, Mario. “Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos”. **O Social em Questão**, núm. 29, janeiro-junio, 2013, pp. 179-207

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As Políticas Públicas nas Favelas do Rio de Janeiro in [A. Zaluar e M. Alvito (orgs.)] *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora. 1998. pp. 179-207

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “**Sossega, moleque, agora você mora em condomínio**”: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Appiris Editora, 2018.

FORO AMBIENTAL. **Análisis de las variaciones del Río Paraguay entre los años 1950 y 2015**. Asunción: Editora Crecer, 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito / Rafael Soares Gonçalves**. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009

IMAS, R., Victor J. **La Problemática De Los Asentamientos Espontáneos de las Zonas Inundables de Asunción: Una Propuesta De Solución**. Asunción, Paraguay. QR Producciones. 1993.

MACHADO-MARTINS, Maíra; TROTTA, Carolina de Carvalho Gambôa. “A produção do espaço e a construção da habitabilidade em duas formas de moradia popular”. **Arquitextos**. São Paulo, ano 21, 241.04 habitar a moradia popular. Vitruvius. jun. 2020

MINAYO, M. C. D. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, Espacio y Arquitectura**. Blume. Barcelona, 1975.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POL, E. La apropiación del espacio. In: [IÑIGUEZ, L.; POL]. *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Socio/Ambientals. V. 9, 1996. pp. 45-62.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar**. São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2016.

SENNETT, Richard. **Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SERPAJ-Paraguay “**Entre la represión y el engaño: La lucha constante de los bañadenses**”. 2009. Disponible en: <http://www.serpajpy.org.py/p=3194>

TUAN, Yi-fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VALLADARES, Licia. “La favela d'un siècle à l'autre”, 2006. **Annales de la recherche urbaine**. N°102, 2007. Individualisme et production de l'urbain. pp. 161-162.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. Apêndice: Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. In [LIMA, Roberto Kant de; MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna]. *Pensando o Rio: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Niterói, Intertexto, 2015. pp. 289-315

Sites consultados:

ABC Color. Familias de la chacarita vuelven al barrio antiguo. 2011 <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/pobladores-de-la-chacarita-en-contra-109797.html>

ABC Color. Despejarán el barrio Chino. 2014 <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/despejaran-barrio-chino-en-tres-meses-262027.html>

RIO PREFEITURA. Prefeitura, Estado e União inauguram conjuntos habitacionais na antiga área do Complexo Frei Caneca. 2014 <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4795522>

¹Entre os autores e autoras, destacamos notadamente as arquitetas e arquitetos urbanistas Nabil Bonduki, Kazuo Nakano e Raquel Rolnik, Luciana Andrade e Ermínia Maricato.

² Hidrelétrica Binacional, entre Paraguai e Brasil, que atuou de investidor do Conjunto San Francisco, comprometendo-se a cobrir o custo total do projeto até seu total funcionamento. Isto se deve a que a entidade tem um compromisso social pelos danos ocasionados à população e o ambiente durante sua construção, que deve ser retribuído através de obras sociais.

³O LObE-Hab é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGARq/PUC-Rio)

⁴ Denominada assim justamente por ser áreas que alagam ciclicamente e são “banhados” pelo Rio Paraguai.

⁵ Direção Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos (Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos pelas siglas em espanhol), instituição análoga ao IBGE.

⁶ Infecção causada pelos parasitas *Nematode necator americanus* e *Ancylostoma duodenale*, e é transmitida pelo contato com solo contaminado.

⁷ Tradução livre das autoras

⁸ O significado dessa palavra é liberar, limpar ou desocupar um local ou espaço, segundo a Real Academia Espanhola.

⁹ A faixa 1 do PMCMV destinava-se a famílias com renda de até R\$1.800,00.

¹⁰ Bebida tradicional do Paraguai que é usada como motivo para compartilhar diariamente com os vizinhos, amigos ou família.